

PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO

ANO LETIVO	SÉRIE	TURNO
2021	5ª Ano	Matutino e Noturno

NOME DA DISCIPLINA

Direito Internacional Público E Privado

CARGA HORÁRIA

SEMANAL: 03 horas-aula

ANUAL: 105 horas-aula

DOCENTE (S) RESPONSÁVEL (IS)

Prof. Fernando Fernandes Da Silva

EMENTA DA DISCIPLINA

Direito Internacional Público: A análise do Direito Internacional das Conferências: de Westphália (1648) até as atuais conferências globais. A formação dos Estados Soberanos. A análise do Direito Internacional das Instituições Internacionais: da formação das uniões administrativas do século XIX até a análise das organizações internacionais intergovernamentais atuais, as organizações não-governamentais e as redes transnacionais. O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça e as Fontes de Direito Internacional. As soluções pacíficas de controvérsias no Direito Internacional Público. As transformações do Direito Internacional Público decorrentes da globalização.

Direito Internacional Privado: As principais escolas do Direito Internacional Privado. As fontes internacionais do Direito Internacional Privado. As fontes nacionais do Direito Internacional Privado. Temas especiais de Direito Internacional Privado: as soluções de conflitos de leis no espaço; temas de cooperação jurídica internacional civil e penal (o auxílio direto, as cartas rogatórias, a homologação das sentenças arbitrais e judiciais estrangeiras). Os temas referentes à aquisição e à perda da nacionalidade e a condição jurídica do imigrante e do emigrante. Aspectos do comércio internacional.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Os objetivos gerais da disciplina são criar condições para que o aluno possa aprofundar permanentemente as suas pesquisas sobre temas de Direito Internacional Público e Privado que possuam relevância no mundo contemporâneo.

Os objetivos específicos, conforme o objetivo geral proposto, são os seguintes:

- a) Preparar o aluno para os conhecimentos básicos sobre a matéria, observando-se no primeiro semestre temas como sujeitos de Direito Internacional Público, fontes e soluções pacíficas de controvérsias e; no segundo semestre, a abordagem de temas como elementos de conexão e cooperação jurídica internacional civil e penal.
- b) Preparar o aluno para a leitura e a análise dos principais casos judiciais relativos ao Direito Internacional Público e Privado, proferidos pelos tribunais nacionais e internacionais.
- c) Preparar o aluno para formular soluções jurídicas, com base no Direito Internacional Público e Privado, decorrentes das suas atividades profissionais, tais como, a advocacia e a consultoria a organizações internacionais.
- d) Preparar o aluno a analisar temas contemporâneos, tais como, proteção do clima, medidas de segurança internacionais, cooperação financeira internacional e condição jurídica do imigrante e do emigrante, sob a perspectiva do Direito Internacional Público e Privado.

1º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS
1	O Direito e as Relações Internacionais. O objeto do Direito Internacional Público e suas características gerais, em face da ausência de um legislador universal. As principais escolas doutrinárias formadoras do Direito Internacional Público. A relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno.	6
2	As fontes do Direito Internacional Público: a interpretação do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional da Justiça.	3
3	Tratado Internacional: definição, classificação, elementos constitutivos, condições de validade, regras de interpretação, hipóteses de nulidade e extinção.	6
4	O Costume Internacional: análise dos seus elementos constitutivos.	3
5	Os Princípios Gerais de Direito: os princípios gerais de Direito Interno e os princípios gerais típicos de Direito Internacional.	3
6	As decisões judiciais.	3
7	Os atos unilaterais dos Estados e das Organizações	3

	Internacionais.	
8	O Estado na condição jurídica de Sujeito de Direito Internacional: elementos constitutivos e seu reconhecimento pela comunidade internacional.	3
9	As missões diplomáticas e consulares dos Estados e os seus agentes.	3
10	A Organização Internacional: definição, classificação, personalidade, competência e estrutura.	3
11	O Ser Humano na condição jurídica de Sujeito de Direito Internacional.	3
12	Os interesses comuns da humanidade e o patrimônio comum da humanidade: a Humanidade na condição jurídica de Sujeito de Direito Internacional.	3
13	As soluções pacíficas de controvérsias: as soluções políticas, diplomáticas e jurídicas (tribunais internacionais).	3
14	A responsabilidade no ordenamento jurídico internacional.	3
15	2ª Prova.	3
SEQUÊNCIA 2º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS
1	Introdução: a distinção entre o Direito Internacional Público e o Direito Internacional Privado; e a relação entre Direito Internacional Privado e o Direito Comparado e o Direito Uniforme. A denominação do Direito Internacional Privado; as normas de conflito e as normas substantivas e o seu objeto. As principais escolas doutrinárias de formação do Direito Internacional Privado: a doutrina brasileira e a doutrina estrangeira.	3
2	As fontes de Direito Internacional Privado: as fontes internacionais e as fontes internas: a) Os tratados internacionais; b) O costume internacional; c) Os princípios gerais de Direito; d) A doutrina internacional: uma análise da contribuição das conferências internacionais de Direito Internacional Privado; e) As decisões dos tribunais internacionais e arbitrais com reflexos na formação do Direito	6

	Internacional Privado; f) A Constituição Federal de 1988; g) A legislação infraconstitucional: os exemplos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, do Código de Processo Civil/2015 e da Lei de Migração (2017); h) O costume no Direito Brasileiro; i) Os princípios gerais de Direito no ordenamento jurídico brasileiro; j) A doutrina brasileira; k) A jurisprudência brasileira, em especial as decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.	
3	Os temas técnico-conflituais no Direito Internacional Privado: a) os elementos de conexão; b) a teoria das qualificações; c) a devolução e a renúncia; d) a exceção à aplicação do Direito Estrangeiro: a soberania, os bons costumes, a ordem pública, a instituição desconhecida e a fraude à lei.	3
4	A cooperação jurídica internacional no CPC/2015: a) os conflitos de jurisdição; b) o auxílio direito; c) a carta rogatória; d) o reconhecimento e a execução das sentenças judiciais e arbitrais no Brasil.	3
5	Os modos de aquisição e perda da nacionalidade no Direito Comparado e no Direito Brasileiro: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Migração (2017).	3
6	O polipátrida e o apátrida no Direito Internacional Privado e no Direito Brasileiro.	3
7	A condição jurídica do imigrante e do emigrante no Direito Internacional Privado e no Direito Brasileiro: uma análise da Lei de Migração (2017).	3
8	A Lei de Migração (2017): o passaporte e as modalidades de vistos.	3
9	A cooperação jurídica internacional na Lei de Migração (2017): a) a extradição; b) a transferência de execução da pena e; c) a transferência da pessoa condenada.	3
10	A cooperação jurídica internacional penal: a carta rogatória e a homologação da sentença penal estrangeira.	4
11	O asilo e o refúgio no Direito Internacional Público e Privado e no Direito Brasileiro.	4
12	O comércio internacional: a caracterização da <i>Lex Mercatória</i> .	4
13	Os contratos e as arbitragens internacionais e estrangeiras.	5

14	2ª Prova.	3
15	Exame.	

PROCEDIMENTOS E APRENDIZAGEM
(Procedimentos e técnicas utilizados para o desenvolvimento das aulas)

O curso da disciplina “Direito Internacional Público e Privado” compreende aulas expositivas em que o docente responsável por aquela disciplina expõe um dos temas previstos no programa deste plano de ensino.

O curso também contempla aulas de seminários, segundo a qual o docente responsável pela disciplina organiza a classe em diversos grupos que deverão analisar, debater e realizar propostas sobre casos judiciais e casos não-judiciais previamente disponibilizados, com as respectivas questões práticas, a respeito de um tema de Direito Internacional Público ou Privado. Tais questões, conforme orientações dadas pelo docente, deverão ser respondidas e entregues até o final da aula.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
(Quantidade de instrumentos, tipos de avaliação, critérios de correção e aprovação)

O instrumento de avaliação é a realização de uma prova oferecida ao final de cada semestre do curso, que deverá conter questões sobre qualquer um dos temas de Direito Internacional Público ou Privado, previstos no programa deste plano de ensino e desenvolvidos durante o curso.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia básica da disciplina “Direito Internacional Público e Privado” é recomendada para que o aluno exerça as suas principais atividades acadêmicas. As obras recomendadas são as seguintes:

BASSO, Maristela. *Curso de Direito Internacional Privado*. 6ª edição. São Paulo: editora Atlas, 2020.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. *Direito Internacional Privado*. 15ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense, 2020.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 17ª edição. São Paulo: editora Saraiva, 2018.

A bibliografia complementar da disciplina “Direito Internacional Público e Privado” é recomendada para que o aluno aprofunde os seus conhecimentos sobre a disciplina. As obras

recomendadas são as seguintes:

DOLINGER, Jacob. *Direito Internacional Privado: parte geral*. 13ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense, 2017.

MAZZUOLLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Privado*. 4ª edição. São Paulo, editora Forense: 2019.

RAMOS, André de Carvalho; GRAMSTRUP, Erik Frederico. *Comentários às Normas de Introdução ao Direito Brasileiro: LINDB*. São Paulo: Saraiva, 2016.

RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito Internacional Privado: teoria e prática*. 20ª edição. São Paulo: editora Saraiva, 2018.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. 1ª edição. São Paulo: editora Atlas, 2002.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Academia de Haia de Direito Internacional: <https://www.hagueacademy.nl>;

Corte Interamericana de Direitos Humanos: <http://www.corteidh.or.cr>;

Corte Internacional de Justiça: <http://www.icj-cij.org>;

Nações Unidas no Brasil: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil>;

Página Brasileira do Mercosul: <http://www.mercosul.gov.br>;

Secretaria do Mercosul: <http://www.mercosur.int>;

Superior Tribunal de Justiça: <http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>;

Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>.

Sorocaba, 25 de janeiro de 2021.

FERNANDO FERNANDES DA SILVA

Professor Titular